

**NORMAS DO PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS AOS PROGRAMAS  
DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
HOSPITAL PUC-CAMPINAS CELSO PIERRO  
2023**

Pelas presentes Normas, a Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde – COREMU/PUC-Campinas, no uso de suas atribuições, estabelece e torna públicos os procedimentos e critérios do **Processo Seletivo** para o preenchimento de vagas, em 2023, dos seguintes Programas de Residência Multiprofissional em Saúde:

1. Saúde da Criança;
2. Saúde da Mulher,
3. Urgência e Trauma;
4. Intensivismo;

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** A admissão aos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde será feita mediante a classificação obtida neste Processo Seletivo, com aproveitamento de candidatos classificados, até o limite das vagas fixadas para cada Programa, especificadas no **Art. 3º**.

**§ 1º** Os resultados deste Processo Seletivo são válidos exclusivamente para o preenchimento das vagas especificadas no **Art. 3º**, observados os prazos e os procedimentos previstos neste Edital.

**§ 2º** Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde constituem modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço, com carga horária semanal de 60 (sessenta) horas e carga horária total de 5.760,8 (cinco mil, setecentos e sessenta, oito) horas para os Programas Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Urgência e Trauma e Intensivismo, em regime de dedicação exclusiva.

**§ 3º** Os profissionais de saúde residentes nos Programas de Residência Multiprofissionais de Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Urgência e Trauma farão jus a bolsa auxílio financiada conforme Portaria Conjunta nº 03 de 15/09/2015 dos Ministérios da Saúde e da Educação, e os residentes do Programa Multiprofissional em Saúde – Intensivismo farão jus a bolsa auxílio com financiamento próprio Institucional, observado o disposto no **Art. 43**.

**§ 4º** O funcionamento dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da PUC-Campinas estará condicionado à existência de orçamento disponível para financiamento das bolsas dos residentes pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria Conjunta MEC/MS nº 03 de 15/09/2015.

§ 5º Informações complementares sobre os Programas podem ser obtidas na página eletrônica <https://www.puc-campinas.edu.br/residencia-em-saude/> ou na Secretaria do Centro de Ciências da Vida, Av. John Boyd Dunlop, s/nº, Jardim Ipaussurama, Campinas/SP, CEP 13060-904.

## CAPÍTULO II DOS CANDIDATOS

**Art. 2º** Podem se inscrever neste Processo Seletivo:

- I. Profissionais **graduados** em curso de graduação em **Ciências Farmacêuticas, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional**, devidamente **reconhecido** pelo Ministério da Educação, **inscritos** no conselho profissional respectivo.
- II. Estudantes **matriculados** em curso de graduação indicado no **inciso I**, devidamente **reconhecido** pelo Ministério da Educação, com **término** do curso e **colação de grau realizados antes de 01/03/2023**.

**Parágrafo único.** Constitui requisito para a efetivação da matrícula a conclusão do curso de graduação indicado no **inciso I** do **caput** antes de **01/03/2023**.

## CAPÍTULO III DAS VAGAS

**Art. 3º** Serão oferecidas vagas aos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, conforme quadro abaixo:

Programa	Duração em anos	Vagas oferecidas
01. Residência Multiprofissional em Saúde – Intensivismo	02	Ciências Farmacêuticas – 02 Enfermagem – 04 Fisioterapia – 03 Nutrição – 02  Total: 11 vagas
02. Residência Multiprofissional em Saúde – Saúde da Criança	02	Ciências Farmacêuticas - 01 Enfermagem – 05 Fisioterapia – 02 Fonoaudiologia – 01 Nutrição – 01 Odontologia – 01 Psicologia – 01 Serviço Social – 01 Terapia Ocupacional – 01  Total: 14 vagas

03. Residência Multiprofissional em Saúde - Saúde da Mulher	02	Ciências Farmacêuticas – 01 Enfermagem – 05 Fisioterapia – 02 Fonoaudiologia – 01 Nutrição – 01 Psicologia – 02 Serviço Social – 01 Terapia Ocupacional – 01  Total: 14 vagas
04. Residência Multiprofissional em Saúde - Urgência e Trauma	02	Ciências Farmacêuticas – 01 Enfermagem – 06 Fisioterapia – 07 Fonoaudiologia – 01 Nutrição – 01 Odontologia – 01 Psicologia – 01 Serviço Social – 01 Terapia Ocupacional - 01  Total: 20 vagas

## CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO

### Seção I

#### Do Requerimento de Inscrição e do Pagamento do Valor da Inscrição

**Art. 4º** A inscrição do candidato deve ser solicitada exclusivamente via Internet, no site [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br), mediante o **preenchimento do Formulário de Inscrição**, no período compreendido entre as **08h00min** do dia 17/10/2022 às **23h59min** do dia 17/11/2022.

**§ 1º** Previamente ao preenchimento do **Formulário de Inscrição**, o candidato deverá ler e **aceitar** os termos do presente **Edital**.

**§ 2º** A realização do requerimento de inscrição implica a **ciência e aceitação integral** pelo candidato dos procedimentos e normas deste Processo Seletivo.

**§ 3º** O candidato deverá optar, no ato da inscrição, por um único Programa de Residência Multiprofissional em Saúde.

**§ 4º** É obrigatório o preenchimento *das seguintes* informações no **Formulário de Inscrição**.

- I. Número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;
- II. Número, órgão expedidor e estado da federação do RG do candidato;
- III. Nome completo da mãe do candidato;
- IV. Número de inscrição no conselho profissional, excetuados os candidatos abrangidos pelo **Art. 2º, inciso II**.

- V. Nome e localização (estado da federação/município) da instituição em que o candidato concluiu, ou está frequentando em fase de conclusão, o curso de graduação.

§ 5º É de inteira responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário de Inscrição.

§ 6º No ato da inscrição, o candidato deverá fazer *upload* dos documentos elencados a seguir. Serão considerados **apenas** documentos legíveis e sem rasuras. Estes documentos serão necessários para a efetivação da matrícula dos aprovados.

- I. **Histórico Escolar** emitido pela instituição de ensino superior em que concluiu ou cursa, em fase de conclusão, o curso de graduação – devidamente datado, assinado e com a identificação e cargo do subscritor;
- II. **Currículo** atualizado há, no máximo, três meses, na **Plataforma Lattes - CNPQ**;
- III. Documentos comprobatórios das informações contidas no Currículo, anexados individualmente (**ANEXO I**);
- IV. Formulário para cadastro junto ao Ministério da Saúde preenchido e digitalizado com foto (**ANEXO II**);
- V. Cédula de Identidade (RG), ou para candidato de nacionalidade estrangeira: Registro Nacional Migratório (RNM - antigo RNE);
- VI. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- VII. Carteira emitida pelo conselho profissional, exceto para candidatos em fase de conclusão da Graduação.
- VIII. Diploma de Curso de Graduação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.
  - a) Para o candidato que não possua o Diploma de Curso de Graduação, neste momento, será aceita a Certidão de Conclusão de Curso de Graduação emitida por órgão competente da IES, mediante preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso (**Anexo III**);
  - b) Para o candidato que no momento da inscrição não tenha concluído o curso de Graduação será aceita, provisoriamente, para fins de inscrição, a **Certidão de Pressuposta Conclusão de Curso de Graduação**. Caso seja aprovado para a 2ª fase do Processo Seletivo, o candidato, obrigatoriamente, **entre os dias 23, 24 e 25/01/2023** (período das entrevistas), deverá enviar para o e-mail [espls.ccv@puc-campinas.edu.br](mailto:espls.ccv@puc-campinas.edu.br), **documento original digitalizado**, e emitido por órgão competente da IES, que comprove a Conclusão do Curso, sendo que obrigatoriamente, a Colação de Grau seja realizada antes de 01/03/2023, mediante preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso (**Anexo III**);

- IX. Comprovante de Residência (emitido há, no máximo, 4 meses);
- X. Comprovante de quitação com o serviço militar, somente para o sexo masculino.
- XI. Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais. A mesma poderá ser obtida através do link: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>.
- XII. Comprovante do **PIS, PASEP, NIS ou NIT** - Número de inscrição do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), como contribuinte individual, o mesmo poderá ser obtido através do link: <https://cnisnet.inss.gov.br/cnisinternet/faces/pages/index.xhtml>

§ 7º O Diploma de curso de graduação obtido em Instituição de Ensino Superior estrangeira deve estar devidamente **revalidado**, nos termos da legislação pertinente.

§ 8º O candidato será desclassificado nas seguintes hipóteses:

- I. **Não realização do upload** dos documentos indicados nos **incisos de I a XII**, na forma dos parágrafos anteriores.
- II. Apresentação de **documentação falsa**, constatada a qualquer tempo.

§ 9º **Não será considerada**, para fim de **Avaliação Curricular**, a informação lançada no **currículo e não comprovada, de acordo com o item III do § 6º**.

**Art. 5º** Caso haja necessidade de condições especiais, o candidato deverá encaminhar, via correio à Secretaria do Centro de Ciências da Vida, aos cuidados da COREMU/PUC-Campinas, Av. John Boyd Dunlop, s/nº, Jardim Ipaussurama, Campinas/SP, CEP 13.060-904, a seguinte documentação:

- I. Requerimento, contendo o nome completo, o número e o órgão expedidor do documento de identidade, o número de inscrição no presente Processo Seletivo, o tipo de deficiência que possui e as condições especiais solicitadas;
- II. Laudo médico (original ou cópia autenticada em Cartório) expedido, no máximo, 12 (dode) meses antes da apresentação, atestando o tipo de deficiência e, quando necessário, seu grau, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), e declarando as condições especiais de realização de prova indicadas;
- III. § 1º A documentação referida no caput deverá ser postada, via correio com entrega rápida, até no máximo dia **28/11/2022**.

§ 2º Caberá a COREMU/PUC-Campinas analisar cada pedido e, se for o caso, indicar formas de atendimento aos candidatos abrangidos pelas disposições deste artigo.

§ 3º Não será assegurado o atendimento a condições/necessidades especiais pleiteadas extemporaneamente ou sem o atendimento das exigências estabelecidas neste artigo.

**Art. 6º** Para a finalização da inscrição, o candidato deverá efetuar o **pagamento** correspondente, no valor de **R\$ 300,00 (Trezentos reais)**, mediante Boleto Bancário, **disponibilizado**, via Portal da PUC-Campinas ou pagamento com Cartão de Crédito, após o preenchimento do Formulário de Inscrição.

§ 1º Regras para pagamento da taxa de inscrição, conforme opção de forma de pagamento:

- I. **Boleto Bancário:** o candidato poderá pagar a taxa de inscrição com Boleto, no prazo nele indicado, em qualquer agência bancária do País;
- II. **Cartão de Crédito:** o candidato poderá pagar a taxa de inscrição com Cartão de Crédito, no ato da inscrição. Bandeiras disponíveis: Visa, Master, Amex, Elo, Hipercard, Diners, JCB.

§ 2º O comprovante de pagamento **deverá ser apresentado no dia da aplicação da prova.**

§ 3º **Não** serão aceitos requerimentos de inscrição cujo pagamento for efetuado após a data do vencimento indicada no boleto bancário.

§ 4º Não haverá isenção do pagamento do valor da inscrição.

**Art. 7º** Após a conclusão da inscrição, é **vedada** qualquer **alteração** no Formulário de Inscrição pelo candidato, bem como a **inacessibilidade** pelo candidato dos documentos efetuados upload, elencados no Capítulo IV, da Inscrição, Seção I, Art. 4º, §6º, itens de I a XII.

**Parágrafo único.** Caso seja detectada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada válida aquela com data de pagamento mais recente, anulando-se as demais.

**Art. 8º** **Não** haverá **devolução** do valor da inscrição, exceto na condição de inexistência de orçamento disponível do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação para financiamento das bolsas dos Programas de Residência Multiprofissionais em Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Urgência e Trauma.

**Art. 9º** A COREMU/PUC-Campinas **não** se responsabiliza pelo não recebimento de inscrições por motivo de ordem técnica de computadores pessoais, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como por qualquer outro motivo que impossibilite a transferência de dados.

**Art. 10** Não serão aceitas inscrições via postal ou fax, condicionais, extemporâneas ou que, por qualquer motivo, não atendam rigorosamente as determinações previstas neste **Capítulo**.

## **Seção II** **Da Confirmação da Inscrição**

**Art. 11** Será **deferida** a inscrição do candidato que:

- I. Preencher corretamente o **Formulário de Inscrição** e fazer *upload* de **todos os documentos solicitados no Art. 4º § 6º**,
- II. Atender, com base nas informações lançadas no **Formulário de Inscrição**, aos requisitos de candidatura indicados no **Art. 2º**; e
- III. Efetuar o pagamento da Taxa de Inscrição, no prazo estabelecido;

**§ 1º** As informações lançadas no **Formulário de Inscrição** estão sujeitas a verificação posterior.

**§ 2º** A identificação, a qualquer tempo, de falsidade na prestação de informações, ou do não cumprimento de qualquer dos **incisos** do **caput**, implicará o **cancelamento** da inscrição e de todos os atos decorrentes.

## **Capítulo V** **DA ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PROVAS** **Seção I** **Das Provas do Processo Seletivo**

**Art. 12** O Processo Seletivo será composto por duas **fases**:

- I. **1ª fase - Presencial**, sendo constituída por **Prova Escrita de Conhecimento**, na forma da **Seção II**;
- II. No caso de ocorrência de fato ou situação não prevista, que dificulte ou impossibilite a aplicação da prova no dia, local e horário estabelecidos, a PUC-CAMPINAS reserva-se o direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão, nos sites da [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br), não se responsabilizando pelos possíveis adiamentos decorrentes de força maior.
- III. **2ª fase - Presencial**, que abrange, na forma da **Seção III**:
  - a) Avaliação curricular;
  - b) Entrevista.

**Parágrafo único.** Não será autorizada a realização de nenhuma das avaliações que compõem o Processo Seletivo, previstas no **caput**, em **datas, horários especiais e/ou locais diferentes dos estabelecidos** nestas Normas.

## **Seção II**

### **Da Prova Escrita de Conhecimento**

**Art. 13** A **Prova Escrita de Conhecimento**, com valor máximo de 100 (cem) pontos, **versará sobre o conteúdo constante das referências bibliográficas indicadas no Anexo II deste Edital** e será composta por **50 (cinquenta) questões objetivas** e de **múltipla escolha**, com **cinco alternativas** cada e apenas **uma correta**, valendo 2 (dois) pontos cada acerto.

**Parágrafo único.** A prova escrita deverá ser feita pelo próprio candidato, individualmente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, ressalvada a hipótese de **condição especial** para a realização da prova, na forma prevista no **Art. 5º**.

**Art. 14** A **Prova Escrita de Conhecimento** será aplicada no dia **10/12/2022** com início às **09h00min**, no **Campus II** da PUC-Campinas, **Bloco A**, localizado à Av. John Boyd Dunlop, s/nº, Jardim Ipaussurama, Campinas/SP, CEP 13060-904.

**§ 1º** O tempo de duração da **Prova Escrita de Conhecimento** será de 04 (quatro) horas, sem intervalo, não sendo permitido ao candidato deixar a sala de aplicação das provas antes de decorridos 90 (noventa) minutos de seu início.

**§ 2º** Os 03 (três) últimos candidatos a terminar a prova devem deixar a sala de aplicação conjuntamente, após a autorização do Coordenador da sala.

**§ 3º** Em nenhuma hipótese será autorizada a aplicação da **Prova Escrita de Conhecimento** em datas, horários especiais e/ou em locais diferentes dos estabelecidos para este Processo Seletivo.

**Art. 15** Os candidatos deverão se apresentar no local de aplicação da prova com **uma hora de antecedência** ao horário oficial de seu início, munidos de:

- I. Documento de identidade original, com foto;
- II. Comprovante de pagamento do valor de inscrição;
- III. Lápis preto nº 02, borracha macia e caneta esferográfica (preta).

**§ 1º** O documento de identidade, referido no **inciso I**, deve estar em condições tais que permitam a identificação do candidato, com clareza.

**§ 2º** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da aplicação da prova, documento de identidade, em decorrência de **perda, furto ou roubo**, deverá ser apresentado boletim de ocorrência que ateste o fato, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.



§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o candidato será submetido à identificação pessoal, compreendendo a coleta de assinatura e impressão digital em formulário próprio.

**Art. 16 É proibido o ingresso** do candidato no local da prova:

- I. Caso **não** esteja **munido** do documento de identidade original e do comprovante de pagamento do valor da inscrição, conforme indicado no **Art. 15**, ressalvado o disposto no **Art. 15, §§ 2º e 3º** do mesmo dispositivo;
- II. Portando aparelhos eletrônicos de qualquer natureza (telefone celular, *tablets*, *iPod*, *notebook*, gravador, receptor, etc.); chapéus, bonés ou similares; livros, apostilas, cadernos, impressos, anotações e similares; bolsas, mochilas, malas, pastas e similares; armas de fogo ou de qualquer tipo;
- III. Após o horário de início da aplicação da prova, indicado no **Art. 14**.

§ 1º Excepcionalmente, caso o candidato compareça ao Processo Seletivo, portando algum item eletrônico proibido na forma do item II do Art. 16, deverá desligá-lo e acondicioná-lo em envelope fornecido pelo Coordenador de Sala ou Fiscal de Sala antes de iniciar a prova.

§ 2º Caso o candidato esteja portando telefone celular, deverá desligá-lo, antes de acondicioná-lo em envelope fornecido pelo Coordenador de Sala ou Fiscal de Sala.

§ 3º Caso o candidato esteja utilizando qualquer tipo de relógio, deverá retirá-lo e acondicioná-lo em envelope fornecido pelo Coordenador de Sala ou Fiscal de Sala.

§ 4º A todos os candidatos será proibido o porte de armas de qualquer tipo.

§ 5º O não atendimento ao disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º deste Artigo implicará a imediata desclassificação do candidato.

§ 6º Após o início das provas, caso algum equipamento eletrônico proibido, na forma do item II do Art. 16, emita qualquer tipo de som, mesmo que acondicionado em envelope fornecido pelo Coordenador de Sala ou Fiscal de Sala, implicará a imediata desclassificação do candidato.

**Art. 17** Na hipótese de, no dia da aplicação da **Prova Escrita de Conhecimento**, o nome do candidato **não constar nas listagens oficiais** relativas às salas da realização da prova, o candidato poderá realizá-la, mediante a apresentação do comprovante de pagamento do valor de inscrição e o preenchimento de formulário específico.

§ 1º Constatado posteriormente defeito ou inexistência de inscrição, a justificar a não-inclusão do nome do candidato nas listagens oficiais, a prova realizada na hipótese indicada no **caput** será considerada **nula**.

§ 2º Eventuais **erros de menor relevância** acerca dos **dados cadastrais** do candidato, que não comprometam sua identificação, a aplicação normal da prova, tampouco os resultados do processo seletivo, devem ser **corrigidos** no dia de aplicação da **Prova Escrita de Conhecimento**, mediante formulário específico.

**Art. 18** As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas na **Folha de Resposta**, com **caneta esferográfica preta**, observando-se as orientações contidas na capa do **Caderno de Questões**.

§ 1º Será considerada **incorreta** a resposta de questão que assinale a alternativa errada; que **não** apresente **alternativa assinalada**; que apresente **mais de uma alternativa assinalada**; ou que contenha **rasuras** ou **emendas**.

§ 2º **Não** haverá **substituição** da **Folha de Resposta** em decorrência de erro do candidato em seu preenchimento.

**Art. 19** Ao término da prova, respeitado o limite máximo previsto no **Art. 14, § 1º**, serão recolhidos a **Folha de Resposta** e o **Caderno de Questões**.

**Parágrafo único.** Em nenhuma hipótese o **Caderno de Questões** será fornecido ao candidato ou terceiros.

**Art. 20** Será **desclassificado** o candidato que:

- I. Não comparecer para a realização da **Prova Escrita de Conhecimento**;
- II. Não obtiver pontuação mínima de 50 pontos (25 acertos) na **Prova Escrita de Conhecimento**;
- III. Incidir em qualquer das hipóteses do **Art. 16**;
- IV. Perturbar a ordem dos trabalhos ou desacatar quem estiver investido de autoridade para coordenar, orientar ou fiscalizar a realização do referido Processo;
- V. Comunicar-se com outro candidato;
- VI. Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do Fiscal;
- VII. Retirar-se da sala de prova antes de decorrido o tempo mínimo de permanência no local ou, a qualquer tempo, levando consigo **Folha de Resposta** ou **Caderno de Questões**.

**Art. 21** O **Gabarito** da **Prova Escrita de Conhecimento** será divulgado, via Internet, endereço eletrônico [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br) no dia **12/12/2022**.

§ 1º O gabarito divulgado poderá, eventualmente, sofrer alteração em decorrência de anulação de questão(ões), hipótese em que haverá sua republicação, devidamente corrigido, via internet – no endereço eletrônico [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br).

§ 2º Em caso de anulação de questão, a pontuação a ela referente será atribuída a todos os candidatos.

**Art. 22** O resultado da Prova Escrita de Conhecimento, com a indicação dos candidatos habilitados para a Segunda Fase: Avaliação Curricular e Entrevista, será divulgado, via Internet, no endereço eletrônico [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br) no dia **19/12/2022**.

### **Seção III** **Da Avaliação Curricular e Entrevista**

**Art. 23** A **Avaliação Curricular**, com valor máximo de 30 (trinta) pontos consistirá na análise e pontuação do **Histórico Escolar** e da **produção científica** e **experiência profissional** do candidato, conforme **Tabela de Pontuação** constante do **Anexo I**.

**Parágrafo único.** Para a pontuação no item “proficiência em língua estrangeira” o candidato deve apresentar certificado de língua estrangeira realizado e emitido por instituições competentes (não serão aceitos comprovantes/certificados de professores particulares).

**Art. 24** Na entrevista os candidatos serão avaliados em suas competências, de acordo com o quadro abaixo:

<b>Competências</b>	<b>Pontuação</b>
Relacionamento interpessoal	25 pontos
Tomada de decisão	25 pontos
Clareza e objetividade na exposição de ideias	20 pontos
<b>Pontuação Máxima</b>	<b>70 pontos</b>

§ 1º As entrevistas serão realizadas de forma presencial, na Av. John Boyd Dunlop, s/nº, Jardim Ipaussurama, Campinas/SP, CEP 13.060-904, entre os dias **23, 24 e 25/01/2023**, seguindo as orientações contidas no Art. 16 desse Edital.

§ 2º As datas, horários e locais de cada uma das entrevistas e os respectivos participantes serão divulgados no endereço eletrônico [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br), no dia 19/12/2022.

§ 3º O candidato que não realizar a entrevista estará desclassificado.

## CAPÍTULO VI DA CLASSIFICAÇÃO

**Art. 25** A **pontuação final** de cada candidato será a média ponderada das notas obtidas nas Provas, às quais será conferido o seguinte peso:

- I. Prova Escrita de Conhecimento: Peso 60;
- II. Avaliação de Curricular + Entrevista: Peso 40;

**Parágrafo único.** O cálculo da **pontuação final** do candidato observará a seguinte **fórmula**:

COMPOSIÇÃO DA NOTA FINAL
Nota da <b>Prova Escrita de Conhecimento</b> : x 60 = A Nota da <b>Avaliação Curricular e Entrevista</b> : x 40 = B
<b>Nota Final = <math>\frac{A + B}{100}</math></b>

**Art. 26** A **classificação** dos candidatos far-se-á pela **ordem decrescente** das **pontuações finais** obtidas na forma do **Art. 25**.

**Art. 27** Em caso de empate, terá **precedência** na **ordem de classificação**:

- I. O candidato com maior pontuação na **Prova Escrita de Conhecimento**;
- II. Mantido o empate, o candidato com maior pontuação na **Prova de Avaliação Curricular e Entrevista**;
- III. Mantido o empate, o candidato com **maior idade**.

## CAPÍTULO VII DA MATRÍCULA

### Seção I Da Convocação para a Matrícula

**Art. 28** O preenchimento de vagas em cada Programa de Residência Multiprofissional em Saúde dar-se-á por meio da convocação de candidatos classificados, na **ordem de classificação**, até o limite das vagas.

**Art. 29** O **Resultado Final** do Processo Seletivo será divulgado no dia **10/02/2023** após as **17h00min**, nos seguintes locais:

- I. No endereço eletrônico [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br);
- II. Na Secretaria do Centro de Ciências da Vida – Av. John Boyd Dunlop, s/nº, Jardim Ipaussurama, Campinas/SP, CEP 13060-904.

§ 1º Em nenhuma hipótese, o resultado final será informado via contato por telefone, e-mail ou correio.

§ 2º A divulgação dos resultados dar-se-á por meio das seguintes Listas:

- I. Lista de candidatos convocados à matrícula, em primeira chamada;
- II. Lista de espera de candidatos por curso.

**Art. 30** Os candidatos aprovados em primeira chamada para matrícula serão contatados pela Universidade, via **Departamento de Contas a Receber**, com o envio do link para a assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, entre os dias **13,14,15,16 e 17/02/2023**.

§ 1º A assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais deverá ser realizada nas datas destinadas à matrícula, de 13 a 17/02/2023. A não assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais nesse período, configurará a **não realização da matrícula e sua desistência da vaga**;

§ 2º O e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição é o meio oficial de contato da Instituição, especialmente, para realização da matrícula e assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais;

§ 3º O acesso constante do candidato ao e-mail é de extrema importância para a garantia do atendimento de todos os prazos, **verifiquem sempre a caixa de spam**;

§ 4º **É de responsabilidade do candidato aprovado e convocado, no caso de não receber orientações sobre a assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, contatar, impreterivelmente, no 1º dia da matrícula, a Instituição no endereço eletrônico: [espls.ccv@puc-campinas.edu.br](mailto:espls.ccv@puc-campinas.edu.br)**;

**Art. 31** Em caso de não realização de Matrícula por candidatos convocados em primeira chamada, os candidatos em **Lista de Espera** serão convocados para a assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, pelo Departamento de Contas a Receber, observada a **ordem de classificação**, a partir do dia **23/02/2023**.

§ 1º Observada a ordem de classificação e a **data limite** para matrícula e assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais de **10/03/2023**, a Pontifícia Universidade Católica da Campinas reserva-se o direito de fazer tantas convocações para matrícula quantas julgar necessárias para o preenchimento das vagas de seus Programas.

§ 2º A(s) convocação(ões) de candidatos em **Lista de Espera** será(ão) feita(s) mediante divulgação de lista(s) de convocados no site [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br) e correspondência eletrônica enviada ao endereço eletrônico indicado no **Formulário de Inscrição**.

§ 3º Os candidatos em **Lista de Espera** convocados terão o prazo de **01 (um) dia útil** para a realização da Matrícula e assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, contado a partir da divulgação da convocação e do envio do e-mail.

§ 4º Restando vagas e ante a proximidade da **data limite** para Matrícula (**10/03/2023**), poderá ser efetuada **última chamada** dos candidatos em **Lista de Espera**, para assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais em data previamente divulgada no site [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br) e correspondência eletrônica enviada ao endereço eletrônico indicado no **Formulário de Inscrição**.

## **Seção II Da Efetivação da Matrícula**

**Art. 32** A assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais que deve ser realizada pelo candidato, observados os prazos destinados à matrícula, bem como observado o disposto no **Art. 30**.

**Art. 33** A não assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais pelo candidato convocado para matrícula, no prazo estabelecido, implicará **perda de vaga**.

**Parágrafo único.** A identificação posterior de **ausência** ou **irregularidade** na **documentação** apresentada implicará o imediato **cancelamento da Matrícula**.

## **CAPÍTULO VIII DO INÍCIO DO PROGRAMA E DA RECEPÇÃO AOS NOVOS RESIDENTES**

**Art. 34** Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde iniciar-se-ão em **01/03/2023**.

**Art. 35** No dia **01/03/2023** às **08h00min**, iniciará a atividade de **recepção** aos novos residentes, cuja presença é **obrigatória**.

**Parágrafo único.** O **não comparecimento** injustificado do profissional na atividade de **recepção** configurará **desistência da matrícula**.

**Art. 36** Na data de início das atividades dos novos residentes, ou seja, **obrigatoriamente, no dia 1º de março de 2023**, os candidatos devem apresentar os seguintes documentos originais:

- I. Documento de Identidade (RG);
- II. Cadastro de Pessoa Física (CPF), poderá ser obtido através do link:  
<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/cpf/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp>
- III. Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS).
- IV. Cópia da Carteira de Vacinação atualizada.
- V. **Conta salário** nos Bancos Itaú ou Santander para todos os residentes ingressantes.

§ 1º São de responsabilidade exclusiva do candidato à inscrição no conselho profissional e obtenção de todos os documentos exigidos para a realização da Matrícula, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

§ 2º O candidato que concluiu o curso de graduação em 2022, e que por isso, ainda **não** disponha, no ato da Matrícula, do **registro** no conselho profissional, deverá apresentá-lo para a Secretaria do Centro de Ciências da Vida, até **20/04/2023**, sob pena de **cancelamento da Matrícula**.

§ 3º Os candidatos com registro profissional em **outros Estados** da Federação devem apresentar, sob pena de **cancelamento da Matrícula**, até **20/04/2023** o **registro** também em **São Paulo**, caso seja exigência do Conselho Regional para atuação neste Estado.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 37** O candidato será **desclassificado** do presente Processo Seletivo, caso constatada, a qualquer tempo, a prestação de informação ou a apresentação de documentação **incompleta** ou **falsa**.

**Parágrafo único.** Na hipótese indicada no **caput**, serão **cancelados** todos os atos posteriormente praticados pelo candidato, inclusive eventual **Matrícula** e as atividades e registros acadêmicos dela decorrentes.

**Art. 38** São de responsabilidade exclusiva do candidato eventuais despesas com viagem, alimentação e/ou estadia para realização do processo seletivo.

**Art. 39** A PUC-Campinas e o Hospital PUC-Campinas Celso Pierro não se responsabilizam por bens do candidato, durante sua permanência nas dependências do campus e do Hospital.

**Art. 40** Recursos ou reclamações devem ser interpostos formalmente e presencialmente, por escrito, perante a COREMU/PUC-Campinas (Av. John Boyd Dunlop s/n, prédio administrativo do Centro de Ciências da Vida, segundo

andar) endereçados à Secretaria do Centro de Ciências da Vida, no horário das 09h00min às 16h00min, no primeiro dia útil contado a partir da data da publicação do ato impugnado. O modelo de recurso se encontra no Anexo IV deste edital, que deverá ser apresentado em duas vias.

**§ 1º** A COREMU da PUC-Campinas somente analisará e julgará recursos ou reclamações que tenham por objeto:

- I. O presente Edital ou os Avisos pertinentes ao Processo Seletivo e sua violação;
- II. O Gabarito e o Resultado da(s) Prova(s);
- III. O Resultado Final do Processo Seletivo;

**§ 2º** A COREMU/PUC-Campinas é instância única para análise e julgamento de recursos e reclamações referentes ao Processo Seletivo.

**§ 3º** Não serão conhecidos recursos e reclamações apresentados por telefone, correio, e-mail, ou que, de qualquer modo, não atendam ao disposto neste Artigo.

**Art. 41** Os candidatos admitidos como residentes ficam submetidos às normas internas da PUC-Campinas e do Hospital PUC-Campinas, à legislação expedida pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS/MEC e as demais disposições normativas aplicáveis.

**Art. 42** Durante o período de Residência será concedido ao Profissional da área da Saúde Residente **bolsa auxílio** no valor de R\$ 4.106,09 (quatro mil, cento e seis reais e nove centavos), condicionada a existência de orçamento disponível conforme a Portaria Conjunta nº 03 de 15/09/2015 do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação para os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde - Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Urgência e Trauma, e por meio de verba Institucional própria para o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – Intensivismo, sendo a bolsa acrescida auxílio alimentação para todos os programas.

**§ 1º.** A bolsa está sujeita aos descontos e retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei.

**§ 2º** A Pontifícia Universidade Católica de Campinas e o Hospital PUC-Campinas não se responsabilizam, e em qualquer tempo, pela falta de orçamento ou pagamento da bolsa e do auxílio alimentação pelos Ministérios da Saúde e da Educação.

**Art. 43** Os candidatos devidamente **matriculados** que forem convocados, em caráter compulsório, ao **Serviço Militar**, terão direito à **reserva da vaga** para início do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde no ano subsequente, condicionado à oferta do Curso pela Universidade.



**Parágrafo único.** Para reserva da vaga, o candidato matriculado deve apresentar a COREMU/PUC-Campinas, documento comprobatório da **convocação obrigatória**.

**Art. 44** Em caso de **desistência, desligamento** ou **abandono** do Programa por residente ingressante, será realizada até **10/03/2023 nova convocação** de candidatos em **Lista de Espera** para matrícula e assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, observando-se a ordem de classificação.

§ 1º A(s) convocação(ões) de candidatos em **Lista de Espera** serão feitas mediante divulgação de lista(s) de convocados no site [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br) e correspondência eletrônica enviada ao endereço eletrônico indicado no **Formulário de Inscrição**.

§ 2º Os candidatos em **Lista de Espera** convocados terão o prazo de **01 (um) dia útil** para a realização da Matrícula e assinatura eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, contado a partir da divulgação da convocação e do envio do e-mail.

**Art. 45** Resguardados os direitos dos candidatos e terceiros, os itens do presente Edital poderão sofrer, eventualmente, alterações e complementações, por meio de **Avisos**, a serem devidamente publicados via Internet – site <http://www.puc-campinas.edu.br>.

**Art. 46** Os casos omissos referentes ao presente Processo Seletivo serão resolvidos pela COREMU/PUC-Campinas.

Campinas, 17 de Outubro de 2022.

COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE  
PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
(PUC-CAMPINAS)

**ANEXO I – TABELA DE PONTUAÇÃO – HISTÓRICO ESCOLAR E  
CURRÍCULO LATTES**

<b>ATIVIDADES ACADÊMICAS</b> Pontuação: 22 pontos		
1. Desempenho acadêmico de acordo com o Histórico Escolar	máximo 3 pontos	
2. Estágio Curricular na área da Saúde: (2,0 pontos por período mínimo de seis meses)	máximo 6 pontos	
3. Participação em Atividades de: 3.1 Monitoria (0,5 ponto por ano) 3.2 Projetos de Extensão (0,5 ponto por ano)	máximo 3 pontos	
4. Desenvolvimento de Plano de Trabalho de Iniciação Científica com Bolsa proveniente de agência de fomento externa ou Institucional (1,0 ponto por ano)	máximo 4 pontos	
5. Participação em eventos científicos com apresentação de trabalho completo (0,5 ponto por trabalho)	máximo 6 pontos	
Sub Total: máximo 22 pontos		
<b>PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b> Pontuação: 04 pontos		
6. Artigos completos em periódicos científicos qualificados no sistema Qualis/CAPES (1,0 ponto por artigo)	máximo 2 pontos	
7. Capítulo de livro (0,5 ponto por capítulo)	máximo 2 pontos	
Sub Total: máximo 04 pontos		
<b>PROFICIÊNCIA EM IDIOMAS E PREMIAÇÕES:</b> Pontuação: 04 pontos		
Proficiência comprovada em idioma estrangeiro: (1,0 ponto por idioma)	máximo 2 pontos	
Prêmios recebidos por mérito acadêmico ou científico: (1,0 ponto por prêmio)	máximo 2 pontos	
Sub-Total: máximo 04 pontos		
<b>Total do currículo: (máximo 30 pontos)</b>		

ANEXO II – FORMULÁRIO PARA CADASTRO JUNTO AO MINISTÉRIO DA  
SAÚDE - PROCESSO SELETIVO 2023

**TODOS OS DADOS DO FORMULÁRIO DEVEM SER  
OBRIGATORIAMENTE PREENCHIDOS E A FOTO ANEXADA.**

- ( ) S. CRIANÇA ( ) S. MULHER  
( ) URG. E TRAUMA ( ) INTENSIVISMO

**DADOS PESSOAIS**

**COLAR FOTO 3 X 4**

CPF: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Cidade e Estado de Nascimento: \_\_\_\_\_

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Nome do Pai: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Desquitado ( ) União Estável

( ) Divorciado/Separado ( ) Ignorado ( ) Viúvo

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Cor/Origem Étnica: ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Indígena

( ) Parda ( ) Preta ( ) Sem Informação

Grupo Sanguíneo: ( ) A+ ( ) A- ( ) AB+ ( ) AB- ( ) B+ ( ) B- ( ) O+ ( ) O-

Pis/Pasep/NIT/NIS: \_\_\_\_\_

CARTÃO NACIONAL DO SUS: \_\_\_\_\_

Título De Eleitor: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão Expedidor do RG: \_\_\_\_\_

Estado de Emissão RG: \_\_\_\_\_ Data de Emissão do RG: \_\_\_\_\_

E-Mail: \_\_\_\_\_

Telefone para Contato: \_\_\_\_\_ Telefone Celular: \_\_\_\_\_

Escolaridade: ( ) Superior Completo ( ) Especialização/Residência  
( ) Mestrado ( ) Doutorado

Data do Primeiro Emprego: \_\_\_\_\_  
CEP Residencial: \_\_\_\_\_  
Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
Número: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_

### **DADOS PROFISSIONAIS**

Área Profissional: \_\_\_\_\_  
UF de Registro do Conselho: \_\_\_\_\_  
Conselho: \_\_\_\_\_  
Número de Registro no Conselho: \_\_\_\_\_

### **DADOS BANCÁRIOS (Santander / Itau) conforme solicitado no Art. 36º**

Banco: \_\_\_\_\_  
Número da Agência: \_\_\_\_\_  
Número da Conta: \_\_\_\_\_  
Número de Dependentes: \_\_\_\_\_

Para cadastrar acesse:

**PIS, PASEP, NIS ou NIT** - Número de inscrição do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), como contribuinte individual, o mesmo poderá ser obtido através do link:

<https://cnisnet.inss.gov.br/cnisinternet/faces/pages/index.xhtml>

**CARTÃO NACIONAL DO SUS** – Este documento é obrigatório e pode ser feito em qualquer centro de saúde do país.

### ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO – PROCESSO SELETIVO 2023



#### TERMO DE COMPROMISSO – PROGRAMAS DE RMS Processo Seletivo 2023

Eu, \_\_\_\_\_, RA \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, representado/assistido por \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, ciente do que dispõem as “Normas para o Processo Seletivo Específico de Candidatos aos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da PUC-Campinas”, COMPROMETO-ME a entregar, impreterivelmente até o dia **30/06/2023**, à Secretaria Geral, o(s) documento(s) faltante(s) para a VALIDAÇÃO de minha matrícula junto à PUC-Campinas, a saber:

- CÓPIA LEGÍVEL E AUTENTICADA DO **DIPLOMA DE GRADUAÇÃO**, DEVIDAMENTE REGISTRADO, sendo que o Curso de Graduação deve ter sido concluído em data anterior à da matrícula no curso de especialização.
- CÓPIA LEGÍVEL E AUTENTICADA DO HISTÓRICO ESCOLAR DA GRADUAÇÃO (CONCLUÍDO).

Declaro que estou ciente de que a não entrega à Secretaria Geral do(s) documento(s) acima indicado(s), em especial do diploma de Curso Superior implicará o **Cancelamento da minha matrícula**.

Em qualquer hipótese não será concedido o título correspondente, nem será expedido o Certificado de Conclusão do Curso de Especialização para os alunos que não tenham apresentado o diploma de graduação.

Campinas, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Aluno

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante



#### TERMO DE COMPROMISSO – PROGRAMAS DE RMS Processo Seletivo 2023

Eu, \_\_\_\_\_, RA \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, representado/assistido por \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, ciente do que dispõem as “Normas para o Processo Seletivo Específico de Candidatos aos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da PUC-Campinas”, COMPROMETO-ME a entregar, impreterivelmente até o dia **30/06/2023**, à Secretaria Geral, o(s) documento(s) faltante(s) para a VALIDAÇÃO de minha matrícula junto à PUC-Campinas, a saber:

- CÓPIA LEGÍVEL E AUTENTICADA DO **DIPLOMA DE GRADUAÇÃO**, DEVIDAMENTE REGISTRADO, sendo que o Curso de Graduação deve ter sido concluído em data anterior à da matrícula no curso de especialização.
- CÓPIA LEGÍVEL E AUTENTICADA DO HISTÓRICO ESCOLAR DA GRADUAÇÃO (CONCLUÍDO).

Declaro que estou ciente de que a não entrega à Secretaria Geral do(s) documento(s) acima indicado(s), em especial do diploma de Curso Superior implicará o **Cancelamento da minha matrícula**.

Em qualquer hipótese não será concedido o título correspondente, nem será expedido o Certificado de Conclusão do Curso de Especialização para os alunos que não tenham apresentado o diploma de graduação.

Campinas, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Aluno

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante

## ANEXO IV – MODELO DE RECURSO

**NOME DO (A) CANDIDATO (A)**


**NÚMERO DA INSCRIÇÃO**

--	--	--	--	--	--	--	--	--

**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL**


**SOLICITAÇÃO:**

De acordo com as especificações constantes no verso desta página solicito revisão de:

- ( ) Indeferimento de Inscrição;
- ( ) Gabarito ou conteúdo de questões de Prova;
- ( ) Pontuação do currículo e arguição curricular;
- ( ) Outros. (*Justificar no verso*)

Campinas, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

---

**Assinatura do (a) Candidato (a)**

**OBSERVAÇÕES:**

O recurso deverá ser preenchido de forma legível e conter:

- a) Nome e número de inscrição do candidato, bem como indicação do programa de residência multiprofissional a que está concorrendo;
- b) Indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada no gabarito ou conteúdo de questão de prova;
- c) Argumentação lógica e consistente.



**ANEXO V – BIBLIOGRAFIA PARA PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTO  
REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO (2023) PARA INGRESSO NOS  
PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, EM PARCERIA  
COM O HOSPITAL PUC-CAMPINAS CELSO PIERRO.**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**1. BIBLIOGRAFIA GERAL**

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 68p. (Série E. Legislação de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 4)

CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND-JUNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2006. v. 1. PG 872 p.

DUNCAN, B. B.; GIUGLIANI, E. R. J.; SCHIMIDT, M. I. **Medicina Ambulatorial: Conduas de atenção primária baseada em evidências**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 1600p.

MONTEIRO, C. **Velhos e novos males da saúde no Brasil. A evolução do país e de suas doenças**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/NUPENS/USP, 2000. 435 p.

**1.1 PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA CRIANÇA**

Brasil. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 1.153, DE 22 DE MAIO DE 2014. **Redefine os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à saúde integral da criança e da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**.

Brasil. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009. **Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde**.

Brasil. Ministério da Saúde. PORTARIA GM/MS Nº 1.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2015. **Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do SUS**.

Brasil. Ministério da Saúde. **Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para adoção de protocolos estaduais e municipais de dispensação do metilfenidato para prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes**.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: Método Canguru/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. – 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.



Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Brasil. Lei Nº 13.146. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Brasil. Lei Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.**

Brasil. Lei 13.431, de 05 de abril de 2018. Portaria Interministerial No 1.055, de 25 de Abril de 2017. **Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE**

## **1.2 PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – INTENSIVISMO**

BAPTISTA, T. W. F. **História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde.** In: **Políticas de Saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, p. 29-60, 2007. Disponível em: [http://www.retsus.fiocruz.br/upload/publicacoes/pdtsp\\_3.pdf%3E](http://www.retsus.fiocruz.br/upload/publicacoes/pdtsp_3.pdf%3E) > Acesso em 09 de outubro de 2019.

Brasil. **Lei No. 8080/90**, de 19 de setembro de 1990. Brasília: DF. 1990 Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm) Acessado em 07 de outubro de 2019.

Brasil. **Lei No. 8142/90**, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: DF. 1990. Disponível em [http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8142\\_281290.htm](http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8142_281290.htm) Acessado em 07 de outubro de 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnab> . Acessado em 07 de outubro de 2019.

Brasil. **Portaria de Consolidação Nº 2, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017:** DF. 2017. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html) Acessado em 08 de novembro de 2019.

Brasil. **Portaria Programa Nacional de Segurança do Paciente Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013.** “**Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente**” Órgão emissor: ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html). Acesso em 07 de outubro de 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. **Política nacional de educação permanente para o controle social no Sistema Único de Saúde – SUS** / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_educacao\\_permanente\\_sus.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_sus.pdf) > Acesso em 09 de outubro de 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde,

Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf) > Acesso em 09 de outubro de 2019.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) > Acesso em 09 de outubro de 2019.

Brasil. **Resolução RDC N°36**, de 25 DE JULHO DE 2013. “Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências”. Órgão emissor: ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html) . Acesso em 07 de outubro de 2019.

Brasil. **Resolução RDC N° 07**, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010. “Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva” - Órgão emissor: ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007\\_24\\_02\\_2010.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html) . Acesso em 07 de outubro de 2019.

Brasil. **Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_2004.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf)> Acesso em 09 de outubro de 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>> Acesso em 09 de outubro de 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. **Caderno de atenção domiciliar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. **Recomendações para a ventilação mecânica domiciliar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. **Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº. 2600, de 21 de outubro de 2009**. Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes. Disponível em: [http://www.ans.gov.br/images/stories/Legislacao/camara\\_tecnica/2013\\_gt\\_revisao\\_rol/20130520-doc12\\_contribconsnadesaude regulamentotecnicosnt.pdf](http://www.ans.gov.br/images/stories/Legislacao/camara_tecnica/2013_gt_revisao_rol/20130520-doc12_contribconsnadesaude regulamentotecnicosnt.pdf)> Acesso em 09 de outubro de 2019.

### **1.3. PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA MULHER**

Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Brasília, set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestão de Alto Risco: Manual Técnico/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas- 5.ed** – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 302p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestão de Alto Risco: Manual Técnico/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas- 5.ed** – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 302p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p. – (C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116. Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização – PNH.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 16 p. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/folder/politica\\_nacional\\_humanizacao\\_pnh\\_1ed.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/folder/politica_nacional_humanizacao_pnh_1ed.pdf)

Brasil. Portaria Nº 2.528 DE 19 de Outubro de 2006. **Aprova a Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa.** BRASÍLIA, 2006. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html)

INCA - Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Câncer de mama: é preciso falar disso.** 1ª ed. Rio de Janeiro: INCA, 2014. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//cartilha-cancer-de-mama-vamos-falar-sobre-isso2014.pdf>

ROSA, E. I. D.; RODRIGUES, G. E. A. Psicólogo e Equipe Multiprofissional nos Cuidados Paliativos. In. BAPTISTA, M. N.; DIAS, R. R.; BAPTISTA, A. S. D. (EDS.). **Psicologia Hospitalar - Teoria, aplicações e casos clínicos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

### **1.4. PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – URGÊNCIA E TRAUMA**

Brasil. **ABC DO SUS. Doutrinas e Princípios.** Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Brasília, 1990. Disponível em:

[http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc\\_do\\_sus\\_doutrinas\\_e\\_principios.pdf](http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf)

Brasil. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988** - Edição 2019.

Brasil. Lei n. [Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#). **Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)

Brasil. **Manual Instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS).** Disponível em: Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_instrutivo\\_rede\\_atencao\\_urgencias.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35) ISBN 978-85-334-2114-1

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Sistema nacional de vigilância em saúde: relatório de situação: Acre / Ministério da Saúde**, Secretaria de Vigilância em Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 24 p.: il. color. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios) Esta publicação faz parte de um conjunto de 27 Cartilhas, que englobam os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal. ISBN 85-334-1130-8

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 40 p.: il. ISBN 978-85-334-2670-2

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência** / Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 978-85-334-1583-6

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. O HumanizaSUS na atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS.** – Brasília: Brasil, Ministério da Saúde, 2009. 40 p.: il. color. – (**Série B. Textos Básicos de Saúde**) ISBN 978-85-334-1581-2

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 84 p.: il. ISBN 978-85-334-1997-1

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/**

Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde.  
– Brasília: Ministério da Saúde, 2018 40 p.: il.SBN 978-85-334-2670-2

Brasil. Portaria Nº 2.203, de 5 de Novembro de 1996. Portaria, a NOB 1/96, **a qual redefine o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde, constituindo, por conseguinte, instrumento imprescindível à viabilização da atenção integral à saúde da população e ao disciplinamento das relações entre as três esferas de gestão do Sistema.** Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203\\_05\\_11\\_1996.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_11_1996.html)

PARANÁ. Resolução 501, 26 de dezembro de 2018. **Reconhece a atuação do fisioterapeuta na assistência à saúde nas Unidades de Urgência e Emergência.** Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10570>.

World Health Organization. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde** / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p.: il. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf)

## **2. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA POR PROFISSÃO:**

### **2.1 CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS**

BRASIL. **RESOLUÇÃO RDC Nº 20, DE 05 DE MAIO DE 2011.** Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências. - Órgão emissor: ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3218041/%281%29RDC\\_20\\_2011\\_COMP.pdf/5000f26a-a311-45ee-818b-507244f510](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3218041/%281%29RDC_20_2011_COMP.pdf/5000f26a-a311-45ee-818b-507244f510). Acesso em 11 de outubro de 2019.

BRUNTON, L.L. **Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica.** 6ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006.

CAVALLINI, M.E., BISSON, M.P. **Farmácia Hospitalar – Um enfoque em sistemas de saúde.** São Paulo: Manole, 2002.

CIPOLLE, R.J., STRAND, L.M., MORLEY, P.C. **O Exercício do Cuidado Farmacêutico.** Editora: Conselho Federal de Farmácia, 2006, Editora: Conselho Federal de Farmácia.

COMITÊ COORDENADOR DA DIRETRIZ DE INSUFICIÊNCIA CARDÍACA. **Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda.** Arq Bras Cardiol. 2018; 111(3):436-539.

CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA (CFF). Resolução nº 300 de 30 de janeiro de 1997. **Regulamenta o exercício profissional em Farmácia e unidade hospitalar, clínicas e casas de saúde de natureza pública e privada.** Disponível em <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/300.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

GENNARO, AR. **REMINGTON: a Ciência e a Prática da Farmácia.** 20ª. Edição, 2004.



LULLMANN, H. **Farmacologia**: texto e Atlas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MANZINI, F. **O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. 298 p.: il.

Disponível em <http://www.cff.org.br/userfiles/file/livro.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – Rede Pan Americana de Harmonização da Regulamentação Farmacêutica – Documento Técnico nº 05: **Boas Práticas de farmacovigilância para as Américas**. Washington, D.C.: OPAS, 2011.

PEREIRA, M. **Logística Hospitalar – Reposição Contínua de Medicamentos**. Piracicaba: Moinho Editorial, 2008.

RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M.; FLOWER, R.J.; HENDERSON, G. **Rang & Dale. Farmacologia**. 6ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

SANTOS, GAA. **Gestão de Farmácia Hospitalar**. São Paulo: Senac, 2006.

STORPIRTIS, S.; MORI, A.L.P.M.; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. **O Farmacêutico na Comissão de Controle de Infecção Hospitalar** In: Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

## **2.2 ENFERMAGEM**

ALMEIDA, Maria José Guedes Gondim et al. **Discussão ética sobre o prontuário eletrônico do paciente**. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 2016.

ARAÚJO EP. **Paciente diabético: cuidados de enfermagem**. 1ªed. Editora Med Book, 2012

Brasil. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p.: il.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 158 p. color. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno nº 5)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da**

**Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher.** Brasília, Ministério da Saúde, 2003.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde /** Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUENO M. **Manual de cuidados de enfermagem em emergências psiquiátricas.** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – Subsecretaria de atenção à saúde. Brasília 2012.

BURROUGHS, Arlene. **Uma introdução à enfermagem materna.** 6ª ed., Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1995.

CAMPOS MGC, Et al. **Feridas complexas e estomias: aspectos preventivos e manejo clínico -** João Pessoa: Ideia, 2016.

CASTILHO, Valéria; FUGULIN, Fernanda Maria Togeiro; GAIDZINSKI, Raquel Rapone. **Gerenciamento de custos nos serviços de enfermagem.** In: Gerenciamento em enfermagem [S.l.: s.n.], 2010.

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução n. 543/2017. **Atualiza e estabelece parâmetros para o Dimensionamento do Quadro de Profissionais de Enfermagem nos serviços/locais em que são realizadas atividades de enfermagem.** [Internet] Brasília: COFEN; 2017 [acesso em 19 set 2019]. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017\\_51440.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017_51440.html).

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN-358/2009. **Dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem – SAE nas instituições de saúde brasileiras [legislação na Internet].** Brasília, 2009. Acesso em 19 set. 2019. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009\\_4384.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html)

COSTA FILHO, R.C. et al. **Sepsis: Nutrição.** Diretrizes Clínicas na Saúde Suplementar: Associação Médica Brasileira e Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2011.

CUNHA, K.C. Supervisão em enfermagem. In: KURCGANT, P. (coord.). Administração em enfermagem. São Paulo, EPU, 1991, cap. 10, p.117-132.

**Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018 /** Organização José Egídio Paulo de Oliveira, Renan Magalhães Montenegro Junior, Sérgio Vencio. -- São Paulo: Editora Clannad, 2017. Disponível: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>

Freitas, E. V. & PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 4ª edição. 2017.

HALL, JE; GUYTON, AC. **Guyton & Hall tratado de fisiologia médica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

KNOBEL, E; Laselva, CR; Moura Júnior, DF. **Terapia intensiva: enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2006.

LEIFER, Gloria **Enfermagem Obstétrica**. 11<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2013. LIMA MHM;

LOWDERMILK, Deitra Leonard et al **O cuidado em enfermagem materna**. Porto Alegre, Editora ARTMED, 2002.

MARCONDES, E. **Pediatria Básica**. São Paulo, Sarvier, 2004.

Martins HS; Neto RAB; Scalabrini A; Tadeu I **Medicina de Emergência: Abordagem Prática**. 8<sup>ed</sup>: Editora Manole, 2018.

NASSAR JUNIOR, Antonio Paulo et al . **Validity, reliability and applicability of Portuguese versions of sedation-agitation scales among critically ill patients**. Sao Paulo Med. J., São Paulo, v. 126, n. 4, p. 215-219, July 2008.

NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

ORSHAN, Susan A. **Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e dos recém-nascidos: o cuidado ao longo da vida**. Porto Alegre. Artmed, 2010.

RICCI, Susan Scott. **Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher**. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan, 2008

SANTOS, VLGG; CESARETTI, IUR. **Assistência em estomaterapia: Cuidando de pessoas com estomia**. São Paulo – Ed Atheneu, 2015.

VAUGHAN, V.C., McKAY, R. J. **Pediatria de Nelson**. Rio de Janeiro: Interamericana, 2000.

VIANA, RAPP; TORRE, M. **Enfermagem em terapia intensiva: práticas integrativas**. -- Barueri, SP: Manole, 2017

WONG, D. **Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Intervenção Efetiva**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2014.

### **2.3 FISIOTERAPIA**

BRITTO, Raquel Rodrigues; BRANT, Tereza Cristina Silva; PARREIRA, Verônica Franco. **Recursos Manuais e Instrumentais em Fisioterapia Respiratória**. 2<sup>a</sup> Edição, Ed. Manole, 2014.

DANGELO, J.G; FATTINI, C. A. **Anatomia humana básica**. São Paulo, SP: Atheneu, c2001. 184 p.  
SARMENTO, G. J. Vieira, E. **Recursos em Fisioterapia Cardiorrespiratória**. São Paulo, SP: Manole, 2012. 348p. ISBN 9788520432907.

SARMENTO, GJV. **Fisioterapia Respiratória de A a Z**. Barueri SP: Manole, 2016.



Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. **Diretrizes para testes de função pulmonar.** J Pneumol 2002; 28(suppl 3): S1-S82.

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. **III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica.** J Pneumol 2007; 33(suppl 2): S54-S70.

VEGA, Joaquim Minuzzo; LUQUE, Alexandre (Ed.). **Tratado de fisioterapia hospitalar: assistência integral ao paciente.** São Paulo, SP: Atheneu, 2012.

WEST, J,B. **Fisiologia Respiratória: Princípios Básicos.** 8ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.  
CARVALHO, CRR et al. **Ventilação Mecânica: Princípios e Aplicações.** Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.

## **2.4 FONOAUDIOLOGIA**

BEVILACQUA, C.M; MARTINEZ, M.A.N; BALEN, S.A; PUPO, A.C; REIS, A.C.M.B; FROTA, S.(orgs) **Tratado de Audiologia.** São Paulo, SP: Santos, 2011.

CAMPIOTTO, A.R.; LEVY, C.C.A.C. **Novo Tratado de Fonoaudiologia.** 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

FERNANDES, F.D.M; MENDES, B.C.A; NAVAS, A.L.P.G.P (orgs) **Tratado de Fonoaudiologia.** 2.ed. São Paulo, SP: Roca, 2010.

MARBA, S.T.M., MEZZACAPA, F. F. (org). **Manual de Neonatologia Unicamp.** 2a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2009.

MARCHESAN, I.Q.; SILVA, H.J. da; TOMÉ, M.C. **Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia.** São Paulo, SP: Roca, 2014.

PRÓ-FONO. **Planos Terapêuticos Fonoaudiológicos** Vol. 2. 1ª. ed. Barueri, SP: Pró-Fono, 2015.

PRÓ-FONO. **Planos Terapêuticos Fonoaudiológicos.** 1ª. ed. Barueri, SP: Pró-Fono, 2013.

VIEIRA, R M; et al. (org.) **Fonoaudiologia e Saúde Pública.** 2.ed. rev. e ampl. Carapicuíba: Pró-Fono, 2000.

## **2.5 NUTRIÇÃO**

ARENDS, J. *et al.* ESPEN guidelines on nutrition in cancer patients. **Clinical Nutrition**, v. 36, p.11 – 48, 2017. Disponível em: [https://www.clinicalnutritionjournal.com/article/S0261-5614\(16\)30181-9/pdf](https://www.clinicalnutritionjournal.com/article/S0261-5614(16)30181-9/pdf).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. **Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2016 / ABESO** - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. – 4.ed. - São Paulo, SP, 2016. Disponível em:<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/92/57fccc403e5da.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 232 p

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022** / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.:il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 82 p. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em [www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. 265 p. Disponível em: [189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_da\\_crianca\\_2019.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.436, 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 483, DE 1º DE ABRIL DE 2014. **Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado**. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483\\_01\\_04\\_2014.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html)

CAMPOS, L.F.; BARRETO, P.A.; *et al.* Revisão do parecer BRASPEN de terapia nutricional em pacientes hospitalizados com COVID-19. **BRASPEN J**. Volume 36, N.1, p.122-6, 2021. Disponível em: [15-Atualizacao-Parecer-BRASPEN-COVID-19.pdf \(amazonaws.com\)](http://15-Atualizacao-Parecer-BRASPEN-COVID-19.pdf)

CASTRO M.G. et al. Brazilian Society of Parenteral and Enteral Nutrition BRASPEN/SBNPE. Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional no Paciente Grave. **BRASPEN Journal**. Volume 33 (Supl 1), p. 2-36, 2018. Disponível em <https://www.braspen.org/braspen-journal>

DIRETRIZ BRASPEN de terapia nutricional no paciente com câncer. 1º Suplemento Diretrizes BRASPEN de Nutrição Parenteral e Enteral. **BRASPEN J**. Volume 34, pág 2-32, 2019. Disponível em: <https://www.braspen.org/>

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER José Alencar Gomes da Silva. Serviço de Nutrição e Dietética. **Consenso nacional de nutrição oncológica**. / INCA; Nivaldo Barroso de Pinho

(organizador) – 2. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016. 112p. Disponível em [http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/Consenso\\_Nutricao\\_vol\\_II\\_2\\_ed\\_2016.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/Consenso_Nutricao_vol_II_2_ed_2016.pdf)

IZAR MCO, LOTTENBERG AM, GIRALDEZ VZR, SANTOS FILHO RDS, MACHADO RM, BERTOLAMI A, et al. Posicionamento sobre o Consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular – 2021. *Arq Bras Cardiol.* 2021; 116(1):160-212. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/abc/v116n1/0066-782X-abc-116-01-0160.pdf>

SEVERINE, A.N. *et al.* **Nutrição em Pediatria na Prática Clínica.** São Paulo. SP: Manole, 2021.

SILVA, S.M.C.S & MURA, J.D.P. – **Tratado de Alimentação, Nutrição & Dietoterapia.** 3ª Edição, São Paulo. Editora Payá, 2016, 1308p.

SINGER P. et al. ESPEN guideline on clinical nutrition in the intensive care unit. **Clinical Nutrition.** 38 (2019) 48 -79. Disponível em [https://www.espen.org/files/ESPEN-Guidelines/ESPEN\\_guideline-on-clinical-nutrition-in-the-intensive-care-unit.pdf](https://www.espen.org/files/ESPEN-Guidelines/ESPEN_guideline-on-clinical-nutrition-in-the-intensive-care-unit.pdf)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. **Arq Bras Cardiol.** Volume 109, nº 1, 2017. Disponível em:[http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/02\\_DIRETRIZ\\_DE\\_DISLIPIDEMIAS.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/02_DIRETRIZ_DE_DISLIPIDEMIAS.pdf)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arq Bras Cardiol,** Volume 107, Nº 3, Suplemento 3, Setembro 2016. Disponível em:[http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05\\_HIPERTENSAO\\_ARTERIAL.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES- **Diretriz Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020/** Disponível em:  
<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Conduta Terapêutica no Diabetes Tipo 2: Algoritmo SBD 2019.** Posicionamento Oficial SBD n.01/2019. Disponível em:  
[https://www.diabetes.org.br/publico/images/pdf/sbd\\_dm2\\_2019\\_2.pdf](https://www.diabetes.org.br/publico/images/pdf/sbd_dm2_2019_2.pdf)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Conduta Terapêutica no Diabetes Tipo 1: Algoritmo SBD 2020.** Posicionamento Oficial SBD n.01/2020. Disponível em:  
[Posicionamento Oficial Sbd N012020v6 brLC.PDF \(diabetes.org.br\)](https://www.diabetes.org.br/publico/images/pdf/sbd_dm1_2020_2.pdf)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA- Departamento de Nutrologia: Organizadora: Weffort, V.R.S. - **Manual de Alimentação: orientação para alimentação do lactente ao adolescente, na escola, na gestante, na presença de doenças e segurança alimentar.** Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento científico de Nutrologia, 4ª Edição – SP: SBP, 2018, 172p. Disponível em:  
[www.sbp.com.br](http://www.sbp.com.br)

TOLEDO DO, PIOVACARI SMF, HORIE LM, MATOS LBN, CASTRO MG, CENICCOLA GD, et al. Campanha “Diga não à desnutrição”: 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar. **BRASPEN J.** 33(1):86-100, 2018. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) 648p.

WAITZBERG, D.L. – **Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica.** 5ª Edição Revista e Atualizada, 2 Vols. Editora Atheneu, 2017, 3320p.

WEFFORT, V.R.S; LAMOUNIER, J. A. **Nutrição em Pediatria**. 2ª ed. São Paulo, SP: Manole, 2017.

WEIMANN A. ESPEN Guideline: Clinical nutrition in surgery. **Clinical Nutrition**. v. 36, p. 623-650, 2017. Disponível em: [http://www.espen.org/files/ESPEN-guideline\\_Clinical-nutrition-in-surgery.pdf](http://www.espen.org/files/ESPEN-guideline_Clinical-nutrition-in-surgery.pdf)

## **2.6 ODONTOLOGIA**

ANDRADE, E. D. **Terapêutica Medicamentosa em Odontologia**. 3ª Ed. Editora Artes Médicas, 2014.

ANTUNES, J.L.F.; PERES, M.A. **Fundamentos de Odontologia: Epidemiologia de saúde bucal**. 2ª Ed. Editora Santos, 2013

BARATIERI, L. N. **Dentística: procedimentos preventivos e restauradores**. 2ª ed. São Paulo, SP: Ed. Quintessence: Santos, 1996. 509 p.

BUISCHI, Y. P. **Promoção de Saúde Bucal na Clínica Odontológica - 22 Série – EAP- APCD São Paulo**: Editora Artes Médicas - Divisão Odontológica,. 2000, 359 p.

BUSSADORI, S.K.; IMPARATO, J. C. P.; GUEDES-PINTO, A. C. **Dentística odontopediátrica: técnicas de trabalho e uso de materiais dentários**. São Paulo: Ed.Santos, 2000. 169p.

FIORE, S.R; Di FIORE, M. A. Di FIORE, A. P. **Atlas de prótese parcial removível: princípios biomecânicos, bioprotéticos e de oclusão**. São Paulo, SP: Santos, 2010. 499 p

KRIGER, L. (Org.) – **Promoção de Saúde Bucal**. São Paulo: Ed. Artes Médicas. ABOPREV – Divisão Odontológica. 3ª ed. 2003 – 475p.

NEVILLE, B. W., DAMM, D. D., ALLEN, C. M., BOUQUOT, J.E., **Patologia Oral & Maxilofacial**, Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan, 1998

PETERSON, L. J. **Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanarabara, 2000. 772p.

SILVA, M.; RAMOS, D. L.P.; CROSATO, E. **Compendio de odontologia legal**. São Paulo, SP: MEDSI, 1997. 490 p.

TODESCAN, R.; SILVA, E.; SILVA, O. **Atlas de Prótese Parcial Removível -1ª ed**. São Paulo: Ed. Santos, 2001.

## **2.7 PSICOLOGIA**

BAPTISTA, M. N.; DIAS, R. R.; BAPTISTA, A. S. D. (Org.) **Psicologia Hospitalar - Teoria, aplicações e casos clínicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

BOTEGA, N. J.; SILVA, J. L. P.; NOMURA, M. L. Gravidez e puerpério. In Nery José Botega et al. (Org.). **Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: interconsultas e emergência**. 4 ed. Porto Alegre:

Artmed, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 001/2019. CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 006/2019. CFP, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 007/2003. CFP, 2003. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 009/2018. CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>

CRUZ, C. O.; RIERA, R. Comunicando más notícias: o protocolo SPIKES. **Diagn. tratamento**, v. 21, n. 3, p. 106-108, 2016. Disponível em: [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt\\_v21n3\\_106-108.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt_v21n3_106-108.pdf)

INCA - Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Câncer de mama: é preciso falar disso**. 1ª ed. Rio de Janeiro: INCA, 2014. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//cartilha-cancer-de-mama-vamos-falar-sobre-isso2014.pdf>

NAKAO, R. T.; GORAYEB, R. Educação em Saúde. In Ricardo Gorayeb et al. (Org.). **A prática da Psicologia no Ambiente Hospitalar**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

RIBEIRO, R. A.; BAPTISTA, A. S. D. Avaliação psicológica hospitalar. In: Makilim Nunes Baptista et al. (Org.). **Compêndio de Avaliação Psicológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

ROMÃO, A. P. M. S.; LARA, L. A. S.; JUNQUEIRA, F. R. R.; GORAYEB, R. Abordagem Interdisciplinar das disfunções sexuais femininas: experiência de um serviço universitário. In Ricardo Gorayeb et al. (Org.). **A prática da Psicologia no Ambiente Hospitalar**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

SILVA, L. F. A. L.; SANTOS JÚNIOR, A. Delirium (estado confusional agudo). In Nery José Botega et al. (Org.). **Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: interconsultas e emergência**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SUGUIHURA, A. L. M.; GORAYEB, R. Atuação Psicológica em Cardiologia. In Ricardo Gorayeb et al. (Org.). **A prática da Psicologia no Ambiente Hospitalar**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

## **2.8 SERVIÇO SOCIAL**

ALVES, Franciele Lopes Alves; MIOTO, Regina Celia Tamasso. **A demanda no processo de Trabalho dos assistentes sociais e sua configuração em serviços de saúde**. Serviço Social & Saúde v.19(2020) Publicação continua UNICAMP. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/issue/view/1705>



Brasil. **Estatuto da Criança e Adolescente / ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União de 16 de julho de 1990.

Brasil. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social / LOAS**. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Publicada no Diário Oficial da União de 08 de dezembro de 1993.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política **Nacional de Assistência Social. 2004**

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)

Brasil. **Estatuto do Idoso**, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, Publicada no Diário Oficial da União de 01 de janeiro de 2004.

Brasil. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS). **O SUS de A a Z Garantindo a Saúde nos Municípios**. Brasília-DF, 2005.

Brasil. Ministério da Saúde, **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - **Atribuições Privativas do Assistente Social em Questão. Volume 2 – 2020**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL **Legislação Brasileira para o Serviço Social, Coletânea de leis, decretos e regulamento para instrumentação da (o) Assistente Social**. Revista Ampliada e Atualizada, 2º Edição, dezembro de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. nº 273/93, de 13 de março de 1993. Diário Oficial da União, de 30 de março de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde** 2010  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros para a Atuacao de Assistentes Sociais na Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do Assistente Social**. 2012. Disponível em:  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO E RESOLUCOES AS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf)

MIOTO, Regina Celia Tamasso **Novas propostas e velhos princípios: assistência às famílias no contexto de programas de orientação sociofamiliar.** IN Política Social família e juventude. Uma questão de direitos SALES, M. A.; MATOS, M. C; LEAL M. C. (organizadores) São Paulo, Cortez Editora 1994.

MIOTO, Regina Celia Tamasso **Política Social e Trabalho Familiar: questões emergentes nodebate contemporâneo**. In Serviço Social & Sociedade nº124 out/dez 2015

MOSER, L; DAL PRÁ, K. R. **Os desafios de conciliar trabalho, família e cuidados. Evidências do “familismo” nas políticas sociais**. In Textos & Contextos Porto Alegre V 15 nº2 ago/dez 2016

## **2.9 TERAPIA OCUPACIONAL**

Associação Americana de Terapia Ocupacional. **Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo**, 3ª ed. Traduzido para o português por Alessandra Cavalcanti (UFTM), Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra (UFTM) e Valéria Meirelles Carril Elui (FMRP-USP); autorizada para publicação em português, acesso aberto na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. 2015;26 (ed.especial): 1-49. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26iespp1-49>

BRITO, JS.; MARCELINO, JFQ. **Desempenho ocupacional de mulheres submetidas à mastectomia**. ISSN 0104-4931 Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 3, p. 473-485, 2014. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.068>

CAMARGO, PO.; MARTINS, MFD. **Os efeitos do crack na gestação e nos bebês nascidos de mães usuárias: Uma revisão bibliográfica**. ISSN 0104-4931 Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 161-169, 2014. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.042>

CARDOSO, MR.; CAMARGO, MJG. **Percepções sobre as mudanças nas atividades cotidianas e nos papéis ocupacionais de mulheres no climatério**. ISSN 0104-4931 Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 553-569, 2015. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0574>

CARO, CC.; COSTA, JD.; CRUZ, DMC. **O uso de dispositivos auxiliares para a mobilidade e a independência funcional em sujeitos com Acidente Vascular Cerebral**. ISSN 2526-8910 Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 3, p. 558-568, 2018. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1117>

DE CARLO, MMRP; KUDO, AM. (org.) **Terapia Ocupacional em contextos hospitalar e cuidados paliativos**. São Paulo, Editora Payá, 2018. 417p.

DIAS, M.; ZOMKOWSKI, K.; MICHELS, FAS.; SPERANDIO, FF. **Implicações das cirurgias de câncer de mama nas atividades profissionais**. ISSN 2526-8910 Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 25, n. 2, p. 325-332, 2017 <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO079>

JOAQUIM, RHVT.; WERNET, M.; LEITE, AM.; FONSECA, LMM.; MELLO, DF. **Interações entre mães e bebês prematuros: enfoque nas necessidades essenciais**. ISSN 2526-8910 Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 3, p. 580-589, 2018 <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1051>

PONTES, TB.; POLATAJKO, H. **Habilitando ocupações: prática baseada na ocupação e centrada no cliente na Terapia Ocupacional**. ISSN 0104-4931 Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v.24,n.2,p.403-412.2016 <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0709>

SANTOS, BK.; LUZ, SCT.; SANTOS, KB.; HONÓRIO, GJS.; FARIAS, GO. **Atuação de equipe multiprofissional no atendimento à pessoa amputada: contextualizando serviços e protocolos hospitalares**. ISSN 2526-8910 Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 3, p. 527-537, 2018 <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1193>

TORIY, AM.; PIRES, SAP.; ZOMKOWSKI, K.; LUZ, CM.; KRAWULSKI, E.; SPERANDIO, FF. **Processo de recuperação físico-emocional no pós-câncer ginecológico**. ISSN 0104-4931 Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 747-756, 2015. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0584>

**ANEXO VI – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO 2023 PARA  
INGRESSO AOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM  
SAÚDE DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS EM  
PARCERIA COM O HOSPITAL PUC-CAMPINAS CELSO PIERRO**

<b>DATA</b>	<b>ETAPA</b>	<b>HORÁRIO</b>
17/10/2022 a 17/11/2022	Inscrições	8h00 do dia 17/10/2022 até às 23h59 de 17/11/2022
25/11/2022	Divulgação na área logada do candidato da confirmação das inscrições	Após 17h00
10/12/2022	Prova escrita de conhecimento	9h00 às 13h00
12/12/2022	Divulgação do gabarito	Após 17h00
19/12/2022	Divulgação da Lista de Aprovados na Prova Escrita de Conhecimento	Após 17h00
23 a 25/01/2023	Período para entrevistas	8h00 às 18h00
10/02/2023	Divulgação da Lista Classificatória dos Candidatos Aprovados	Após 17h00
13 a 17/02/2023	Período para matrícula – Assinatura Eletrônica do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais	Das 8h00 do dia 13/02/2023 até às 17h00 do dia 17/02/2023
A partir de 23/02/2023	Lista de espera	---
01/03/2023	Recepção dos novos residentes	8h00 às 18h00
01/03/2023	Início das atividades dos novos residentes	8h00
10/03/2023	Data limite para matrícula dos convocados em lista de espera	---